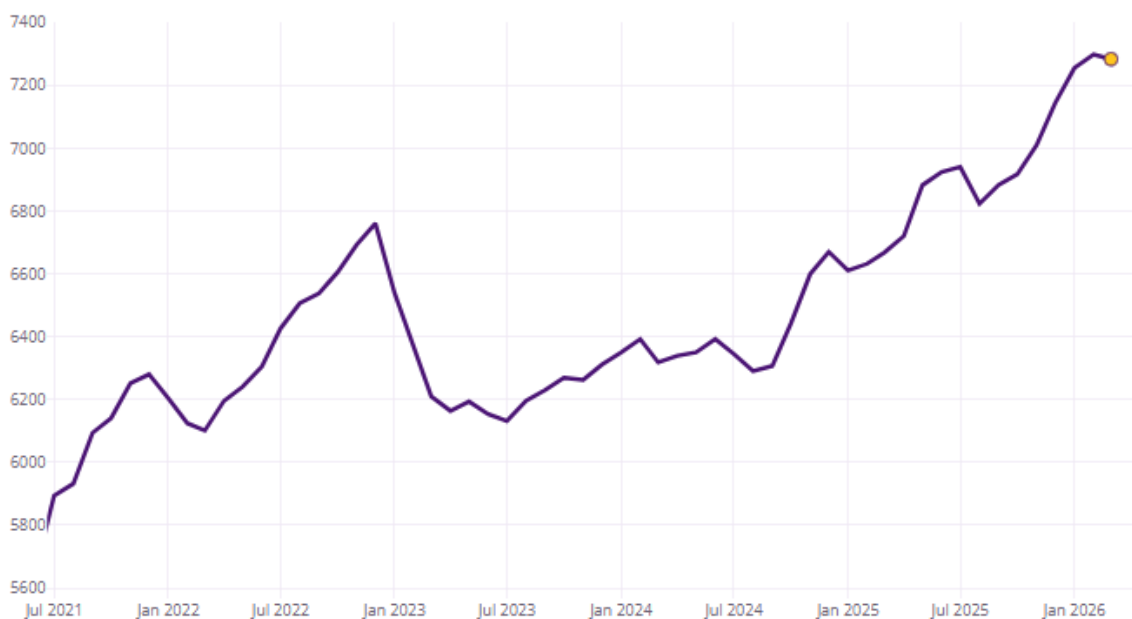


A Reconfiguração do Trabalho por Conta Própria no Brasil de 2021 a 2026

Emerson Braz

Os dados do mercado de trabalho por conta própria no Brasil apresentam uma inflexão relevante entre 2021 e março de 2026. Enquanto o contingente de trabalhadores por conta própria **com registro no CNPJ** atingiu 7,283 milhões de pessoas, o maior valor histórico da série, com crescimento de **9,22% em relação ao mesmo mês do ano anterior** e expansão acumulada de **1,96% no ano**, o grupo de trabalhadores **sem registro no CNPJ** recuou para 18,677 milhões, com queda de **-0,04% interanual** e retração de **-1,52% no acumulado do ano**. A comparação do índice fixado em 2021 (últimos cinco anos) evidencia um cenário relevante em que os ocupados formalizados com registro CNPJ cresceram cerca de **27,4% no período**, enquanto os sem registro permaneceram praticamente estagnados.

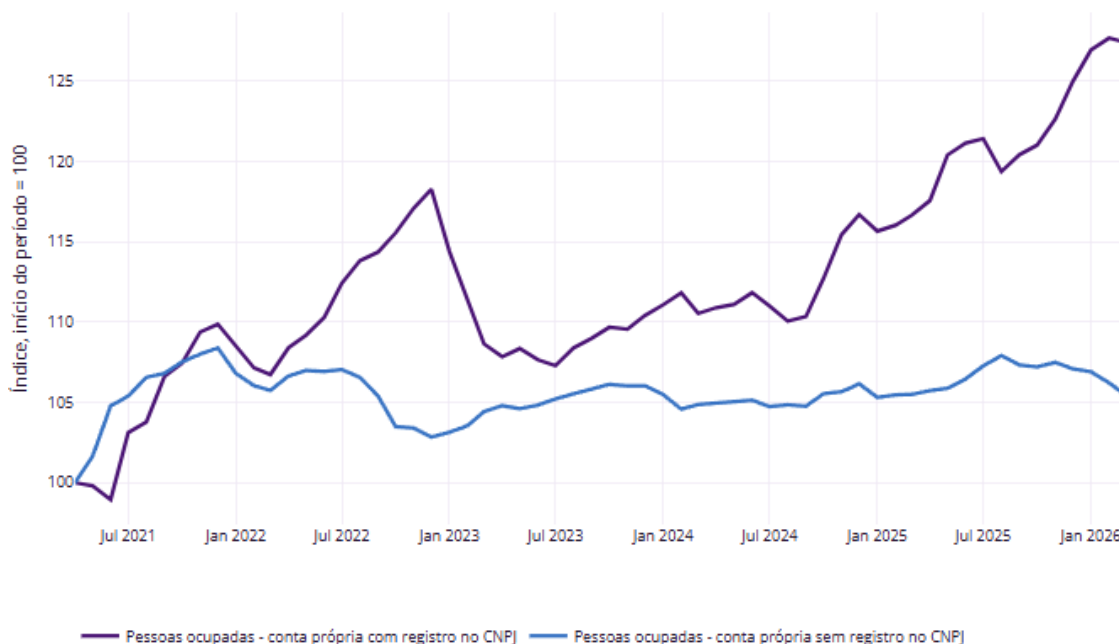
Pessoas Ocupadas – Conta Própria com Registro no CNPJ de 2021 a 2026 em Milhões



Fonte: PNAD-IBGE | Elaboração: IMPULSO Brasil

A trajetória sugere uma mudança gradual no padrão de informalidade brasileira após a pandemia. Ao invés de simples expansão do emprego tradicional assalariado, observa-se um avanço de formas híbridas de ocupação, marcadas pela ampliação da pejetização. O forte crescimento dos trabalhadores com CNPJ após 2024 coincide com um ambiente de recuperação parcial do mercado interno e de prestação autônoma, ao passo que o mercado de trabalhadores com carteira assinada também cresceu significativamente (assunto abordado em outro artigo). Parte relevante desse movimento decorre de estratégias empresariais de redução de custos trabalhistas e da adaptação defensiva à insuficiência de empregos formais de maior produtividade.

Pessoas Ocupadas – Conta Própria Com e Sem Registro no CNPJ de 2021 a 2026



Fonte: PNAD-IBGE | Elaboração: IMPULSO Brasil

Ainda assim, o recuo relativo dos conta-própria sem CNPJ é economicamente relevante. Ele sugere um aumento da capacidade de formalização e de tributária dos pequenos negócios, favorecido por mecanismos como MEI, expansão dos meios digitais de pagamento e necessidade capacidade de acesso a crédito guiados especialmente por maior formalização. Este cenário produz, no geral, efeitos positivos sobre arrecadação, bancarização e integração econômica. Entretanto, o fato de o universo informal continuar extremamente elevado, aproximadamente 18,7 milhões de pessoas em março de 2026, cenário que demonstra forte heterogeneidade produtiva e menor absorção de mão de obra em setores de maior intensidade tecnológica e produtividade industrial.

O comportamento das séries também uma preocupação latente que, o aumento da quantidade de trabalhadores que são categorizados fora do regime CLT, categorizados como por conta própria ocorre em um contexto de juros ainda elevados. Nessa configuração, o empreendedorismo surge como um vetor de sobrevivência familiar e da busca por melhores remunerações e maior exposição à volatilidade dos ciclos econômicos e, menos como vetor schumpeteriano de inovação e mais como mecanismo compensatório diante da insuficiência de empregos de melhor qualidade. Em termos distributivos, a formalização parcial tende a melhorar acesso a crédito, previdência e renda média, mas não elimina a vulnerabilidade e à ausência de proteção trabalhista tradicional.

O risco é consolidar um modelo de crescimento apoiado em serviços de baixa produtividade e autoemprego precarizado. Por outro lado, os dados também mostram uma oportunidade: a incorporação gradual desses trabalhadores à economia formal amplia a base de políticas de crédito produtivo e proteção social. Para que esse movimento se converta em desenvolvimento sustentável, é necessário articular políticas macroeconômicas menos restritivas e industrialização orientada à produtividade, reduzindo a dependência do empreendedorismo de sobrevivência.